



- 10. Ata nº 26/2009 - 1ª Câmara.
- 11. Data da Sessão: 4/8/2009 - Ordinária.
- 12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4031-26/09-1.
- 13. Especificação do quorum:
- 13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência) e Augusto Nardes.
- 13.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4032/2009 - TCU - 1ª Câmara

- 1. Processo n. TC 017.772/2002-0
- 2. Grupo I - Classe II - Natureza: Tomada de Contas Especial.
- 3. Responsável: Manoel Messias Monteiro da Silva Santos, CPF 106.933.003-53.
- 4. Entidade: Município de Governador Archer/MA.
- 5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
- 6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.
- 7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo/MA.
- 8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS, em virtude da omissão na prestação de contas dos recursos do Convênio n. 1.653/1999, celebrado com o Município de Governador Archer/MA, com vistas a apoiar financeiramente a construção de três postos de saúde e a aquisição de equipamentos, para fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Manoel Messias Monteiro da Silva Santos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas **a** e **c**, 19, **caput**, todos da Lei n. 8.443/1992, condenando-o ao pagamento das quantias de R\$ 29.250,00 (vinte e nove mil, duzentos e cinquenta reais) e R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados respectivamente a partir de 10/05/2000 e 1º/07/2000 até a efetiva quitação do débito, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Saúde - FNS, sem prejuízo de deduzir, por ocasião do efetivo recolhimento, as importâncias já pagas;

9.2. aplicar ao Sr. Manoel Messias Monteiro da Silva Santos, com base no art. 57 da Lei n. 8.443/1992, multa no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.4. remeter cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei n. 8.443/1992.

- 10. Ata nº 26/2009 - 1ª Câmara.
- 11. Data da Sessão: 4/8/2009 - Ordinária.
- 12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4032-26/09-1.
- 13. Especificação do quorum:
- 13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência) e Augusto Nardes.
- 13.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4033/2009 - TCU - 1ª Câmara

- 1. Processo n. TC 019.847/2008-0.
- 2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
- 3. Responsável: Alberto Rocha Lemos, CPF 248.541.825-04; e Município de Marauá/BA, CNPJ 13.848.973/0001-27.
- 4. Entidade: Município de Marauá/BA.
- 5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.

- 6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
- 7. Unidade: 7ª Secretaria de Controle Externo.
- 8. Advogados constituídos nos autos: Tássia Almeida de Araújo Góes, OAB/BA n. 24.554; Paloma Barreiros Serra, OAB/BA n. 24.960; e Heraldo Passos Junior, OAB/MG 16.443-E.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS, em decorrência da aplicação indevida de recursos federais do Sistema Único de Saúde - SUS, destinados ao Programa Piso de Atenção Básica - PAB-Fixo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 12, § 1º, e 22, parágrafo único, da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 202, § 3º, do Regimento Interno/TCU e com o art. 2º da Decisão Normativa/TCU n. 35/2000, rejeitar as alegações de defesa oferecidas pelo Município de Marauá/BA, fixando-lhe novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove o recolhimento das quantias a seguir discriminadas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente a partir das respectivas datas, até a efetiva quitação do débito, na forma da legislação em vigor:

VALOR (R\$)	DATA
1.700,22	05/01/2004
332,50	05/01/2004
76,00	15/01/2004
80,75	15/01/2004
47,50	15/01/2004
100,00	11/02/2004
650,98	12/02/2004
56,62	16/02/2004
817,14	16/02/2004
190,00	16/02/2004
76,00	16/02/2004
294,50	16/02/2004
370,50	16/02/2004
237,50	16/02/2004
1.417,65	12/03/2004
1.531,63	12/03/2004
190,00	12/03/2004
76,00	12/03/2004
294,50	12/03/2004
370,50	12/03/2004
237,50	12/03/2004
1.092,50	12/03/2004
190,00	12/03/2004
190,00	12/03/2004
190,00	12/03/2004
117,24	16/03/2004
190,00	16/03/2004
712,50	17/03/2004
130,15	26/03/2004
641,21	13/04/2004
1.425,00	14/04/2004
1.087,32	14/04/2004
152,00	14/04/2004
190,00	16/04/2004
190,00	16/04/2004
190,00	16/04/2004
237,50	16/04/2004
294,50	16/04/2004
76,00	16/04/2004
190,00	16/04/2004
104,50	18/04/2004
1.773,70	18/04/2004
247,00	19/04/2004
29,31	20/04/2004
247,00	06/05/2004
76,00	06/05/2004
1.773,70	10/05/2004
1.584,00	10/05/2004
983,40	11/05/2004
152,00	18/06/2004
95,00	18/06/2004
152,00	13/07/2004
1.935,20	13/07/2004
247,00	13/07/2004
104,50	20/07/2004

- 10. Ata nº 26/2009 - 1ª Câmara.
- 11. Data da Sessão: 4/8/2009 - Ordinária.
- 12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4033-26/09-1.
- 13. Especificação do quorum:
- 13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência) e Augusto Nardes.
- 13.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4034/2009 - TCU - 1ª Câmara

- 1. Processo n. TC-031.017/2007-0.
- 2. Grupo II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Simplificada.
- 3. Responsáveis: Kid Mendes de Oliveira, CPF n. 005.574.202-53; Manuel Glacimar Mello Damasceno, CPF n. 005.500.512-87; Jovaldo dos Santos Aguiar, CPF n. 006.807.962-15; João de Jesus Abdala Simões, CPF n. 022.602.712-00; Henrique Cerf Levy Neto, CPF n. 017.674.612.91; Leland Barroso de Souza, CPF n.070.469.282-15; José Renato Frazão Crespo, CPF n. 182.334.142-04; Roberto Lelis de Oliveira, CPF n. 159.749.872-68; Adiene Guimarães Mendonça de Souza, CPF n. 192.921.042-68; Huguette Saunders Fernandes Santos, CPF n. 335.509.992-91; Noêmia Maria Aquino de Sousa, CPF n. 128.909.362-87; Maria Luiza Trindade Miranda, CPF n. 111.123.445-00; Rosinele Saraiva Soares, CPF n. 475.786.702-63; Hamilton Flávio Menezes de Santana, CPF n. ; Hernan Batalha Gonçalves, CPF n. 562.265.192-15; Mariana Rocha de Souza Costa, CPF n. 276.345.582-49.
- 4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas - TRE/AM.
- 5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
- 6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
- 7. Unidade Técnica: Secex/AM.
- 8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Simplificada do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas - TRE/AM, referente ao exercício de 2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com base nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis arrolados no item 3 deste Acórdão, dando-lhes quitação;

9.2. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral no Amazonas que:

9.2.1. instaure a tomada de contas especial, se ainda não o fez, em nome dos responsáveis pelos partidos políticos, adiante informados, que não prestaram contas dos recursos recebidos do Fundo Partidário, relativos ao exercício de 2006, nos termos do art. 8º da Lei n. 8.443/1992: Partido Republicano Progressista (PRP), Partido dos Aposentados da Nação (PAN), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Social Democrata Cristão (PSDC) e Partido da Causa Operária (PCO);

9.2.2. adote as medidas necessárias para que o servidor Dídimio Santana Barros Filho regularize a pendência existente na prestação de contas de suprimentos de fundos, registrada na conta contábil 199130800, no valor de R\$ 2.826,00;

9.2.3. faça constar, para as contratações diretas, nos respectivos processos parecer técnico, elaborado por pessoal especializado, de forma a indicar detalhada e justificadamente as razões que motivaram essa decisão, em cumprimento ao disposto no art. 50, inciso IV, da Lei n. 9.784/1999;

9.2.4. cumpra as normas previstas nos editais, de modo a afastar ocorrências a exemplo da constatada na licitação Pregão n. 016/2006, em que houve descumprimento do item 7.3., alínea g, do Edital, visto que os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa vencedora não eram compatíveis com o objeto licitado;

9.2.5. intensifique os controles sobre a prestação de contas de diárias e passagens concedidas aos servidores, atentando para o cumprimento da obrigação, pelos beneficiários, de apresentar o relatório e o bilhete de viagem, no prazo estabelecido na Portaria TRE n. 327/2001;

9.2.6. adote as medidas tendentes a aperfeiçoar o acompanhamento da execução de seus contratos, de forma a evitar situações como a ocorrida no Pregão n. 06/2006, em que, por conta de inadimplência contratual, houve contratação emergencial, sem observar as regras previstas no art. 24, inciso XI, da Lei n. 8.666/1993, relativas à convocação das empresas que participaram do aludido certame, obedecida a ordem de classificação e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao TRE/AM.



10. Ata nº 26/2009 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 4/8/2009 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4034-26/09-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência) e Augusto Nardes.
13.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4035/2009 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC-004.231/2009-0.
2. Grupo: I - Classe de assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Anadino Costa Ribeiro, CPF 125.349.787-72; Evaldo Bortolini, CPF 215.828.237-15; Maria Emilia Silva Tavares de Brito; CPF 527.371.367-68; Maria Nazaré Cordeiro, CPF 557.975.477-91.
4. Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são apreciados atos de concessão de aposentadoria a servidores vinculados à Universidade Federal do Espírito Santo,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos de concessão de aposentadoria de Anadino Costa Ribeiro (fls. 2/6), Maria Emilia Silva Tavares de Brito (fls. 24/28) e Maria Nazaré Cordeiro (fls. 29/33), autorizando-lhes registro, ressaltando que Maria Emilia Silva Tavares de Brito e Maria Nazaré Cordeiro não estão mais percebendo a vantagem pecuniária individual integral da Lei nº 10.698/2003, à luz do art. 6º, § 2º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007;

9.2. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Evaldo Bortolini (fls. 7/12), negando-lhe registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar ao órgão de origem que:

9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes da aposentadoria inicial ora julgada ilegal, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. comunique ao interessado a respeito deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.5. recomendar ao órgão de origem que proceda à emissão de novo ato em favor dos interessado, desta feita escoimado do pagamento integral da VPI, de modo a não ensejar a descontinuidade no pagamento dos proventos;

9.6. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.4 acima, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata nº 26/2009 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 4/8/2009 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4035-26/09-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).
13.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4036/2009 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: n.º TC-005.109/2009-8.
2. Grupo: I; Classe de assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Albertina Barroso de Oliveira, CPF 078.484.632-49; Cecília Maria Rodrigues de Souza, CPF 046.716.862-87; Eluisio Gonçalves de Lima, CPF 007.043.342-91; Marly Vieira Freire Reis, CPF 383.818.002-00; Raimunda Brandão de Almeida, CPF 119.273.722-91.

4. Unidade: Fundação Universidade do Amazonas - MEC.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Advogado constituído nos autos: não atuou.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam atos de concessão e de alteração de aposentadorias de ex-servidores vinculados à Fundação Universidade do Amazonas - MEC,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos de aposentadoria de Cecília Maria Rodrigues de Souza (fls. 7/11), Eluisio Gonçalves de Lima (fls. 12/17), Marly Vieira Freire Reis (fls. 18/22), Raimunda Brandão de Almeida (fls. 28/32 e 33/37), autorizando-lhes registro;

9.2. considerar ilegal o ato aposentadoria de Albertina Barroso de Oliveira (fls. 2/6), recusando o respectivo registro;

9.3. determinar à Fundação Universidade do Amazonas que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. comunique à interessada a respeito deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.3. com fundamento no art. 262, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, caso seja de interesse de Albertina Barroso de Oliveira, poderá proceder a emissão de novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade ora apontada, e submetê-lo a nova apreciação deste Tribunal, na forma do artigo 260, **caput**, do mesmo diploma legal;

9.4. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.3 acima, representando a este Tribunal, caso necessário;

9.5. arquivar os autos.

10. Ata nº 26/2009 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 4/8/2009 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4036-26/09-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).
13.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4037/2009 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.589/2005-5 (c/3 anexos).
2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Josemar Augusto Costa (falecido), CPF nº 056.970.424-34.
4. Entidade: Município de Marcelino Vieira/RN.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte - Secex/RN.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em decorrência da omissão no dever legal de prestar contas dos recursos repassados ao Município de Marcelino Vieira/RN por meio do Convênio nº 60.365/1999, objetivando a concessão de apoio financeiro para implementação do Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/1992, julgar irregulares as presentes contas e condenar solidariamente os

herdeiros do Sr. Josemar Augusto Costa, até o limite do patrimônio transferido, ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Data	Valor (R\$)
5/9/2000	754,00
5/9/2000	1.093,55
5/9/2000	793,50
20/12/2000	58.644,00

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação.

10. Ata nº 26/2009 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 4/8/2009 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4037-26/09-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).
13.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4038/2009 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC nº TC 001.510/2009-2.
2. Grupo II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Galdino Soares de Carvalho, CPF nº 135.695.116-34; Gilca Alves Wainstein, CPF nº 230.319.726-00 e Maria do Perpetuo Socorro Sandim, CPF nº 283.866.716-53.
4. Entidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - MEC.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de ex-servidores da Fundação Universidade Federal de São João Del Rei - MEC,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno em:

9.1. considerar legais os atos de concessão de aposentadoria em favor de Galdino Soares de Carvalho (fls. 2/6), Maria do Perpetuo Socorro Sandim (fls. 18/22) e Gilca Alves Wainstein (fls. 7/12), ordenando-se-lhes o respectivo registro, ressaltando a irregularidade acerca do pagamento integral de Gratificação de Estímulo à Docência constante do ato de aposentadoria desta última interessada, a qual não mais subsiste em função de percepção, a partir de 1/12/2001, de proventos integrais face ao acometimento de doença especificada em Lei.

10. Ata nº 26/2009 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 4/8/2009 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4038-26/09-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência) e Augusto Nardes (Relator).
13.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 4039/2009 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC-010.298/2002-7 (c/ 10 volumes).
2. Grupo II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Rosângela Borges Lima, ex-Diretora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; e empresa Keppler e Barros Ltda.
4. Entidade: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.